

Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação

Felisbela Lopes*

* Professora Auxiliar da Universidade do Minho, Portugal (felisbela@ics.uminho.pt)

Resumo

As fontes de informação jornalística são um vetor central para avaliar a qualidade do jornalismo e a vitalidade do espaço público que vamos construindo através dos media. Constituindo-se como centro do campo disciplinar na Sociologia das Fontes Jornalísticas, as fontes permitem um estudo dos conteúdos jornalísticos a montante, durante e a jusante de todo o processo de construção noticioso. Em qualquer um dos pontos que assente a investigação, exige-se uma compreensão clara e profunda daqueles/daquilo que é citado nos textos noticiosos. Para isso, são necessários instrumentos analíticos completos e de simples aplicação àquilo que se pretende estudar. Ainda que a literatura das ciências da comunicação nos devolva algumas tipificações que agrupam variáveis de análise, não há um modelo taxonómico que permita uma classificação algo exaustiva das fontes citadas nos textos jornalísticos. É uma proposta para esse modelo que aqui apresentamos.

Palavras chave: sociologia das fontes jornalísticas, fontes de informação jornalística, tipologia de fontes

Abstract

News sources play an important role in the assessment of journalism's quality. They are also central to the liveliness of the public space that is built by the media. The study of news sources is part of a broader field of studies called Sociology of News Sources and it allows us to understand the whole agenda building process. We should have a clear knowledge of those who are quoted in the news, no matter what our focus of the agenda building process is. In order to do so, one needs to use complete analytical tools which are applicable to our object of study. Even though there are some typologies of news sources within communication studies, there is not a theoretical model that leads us clearly towards a typology of news sources. That is why we propose to do so in our study.

Keywords: sociology of news sources; news sources; typology.

Introdução

As fontes de informação jornalística constituem-se como ponto fulcral para a compreensão dos conteúdos jornalísticos e, por extensão, para o conhecimento do espaço público que os media noticiosos constroem através do seu trabalho. Por isso, têm legitimidade suficiente para fundarem um campo disciplinar autónomo. É, pois, na Sociologia das Fontes Jornalísticas que tal ganha substância, sendo múltiplos os caminhos que os estudos podem aí percorrer. Há, porém, uma falha que não tem sido colmatada por aqueles que se dedicam a este tipo de estudos: a apresentação de uma tipologia classificativa das fontes de informação que permite dar conta de toda a complexidade que reúne aqueles/as/aquilo que são

citados nos textos noticiosos. É a proposta de um modelo taxonómico para a caracterização das fontes de informação jornalística que apresentamos neste texto.

As fontes de informação jornalística constituem um fértil e diversificado tópico de investigação. Poder-se-á analisar as suas estratégias e táticas para se tornarem notícia; os agendamentos prioritários que se promovem, particularmente no que às fontes oficiais de informação diz respeito; os recursos financeiros de que dispõem para construir as respetivas assessorias/comunicação estratégica; o capital simbólico que reúnem; a percepção das fontes quanto a outras fontes ou jornalistas do mesmo campo. Nesta multiplicidade de caminhos, há sempre um ponto incontornável: o conhecimento profundo das fontes citadas e aí a respetiva classificação revela-se um instrumento vital.

Um dos textos mais importantes para a fundação da disciplina de Sociologia das Fontes é da autoria de Philip Schlesinger (1990). Com o argumento de que a Sociologia do Jornalismo, ao longo de duas décadas, não tinha atribuído o devido valor à relação dos media com as fontes de informação e não havendo uma reflexão aprofundada e sistemática das fontes a partir de si próprias, Schlesinger propõe uma Sociologia das Fontes, invocando aquilo que, alguns anos antes, escreveram Herbert Gans e Richard V. Ericson e os seus colegas a propósito da importância das fontes para a compreensão do campo do jornalismo. Abria-se aqui uma nova etapa nos estudos das fontes jornalísticas. Nesse tempo, Schlesinger apontava várias vias para o desenvolvimento do campo: o estudo das estratégias e táticas das fontes para se tornarem notícia, a análise da percepção de quem fornece informação sobre o trabalho dos jornalistas, a avaliação do contexto organizacional, a ponderação dos recursos financeiros de quem se torna e faz notícia... Eis aqui argumentos substanciais para abandonar perspetivas mediocêntricas. Em 2001, Paul Manning reitera a relevância de uma Sociologia das Fontes Jornalísticas, salientando a diversidade de marcos teóricos (pluralismo, economia política, teoria da hegemonia, teoria do discurso...) que ajudaram, certamente, a criar paradigmas alternativos constitutivos de uma outra compreensão do papel das fontes no campo do jornalismo. A Sociologia das Fontes de que nos fala na obra *News and News Sources. A Critical Introduction* abre-se para uma pluralidade de interpretações possíveis dos textos noticiosos (2001: 47), incluindo nessas eventuais leituras vetores de análise como, por exemplo, a natureza competitiva dos media, as estruturas do poder onde se inserem as empresas mediáticas ou as estratégias de *marketing* arquitetadas pelas fontes. Atende-se aqui à estrutura e às práticas sociais que moldam fluxos informativos que as fontes querem controlar e as redações tentam construir, procurando afastar-se de qualquer pressão oriunda de quem presta a informação. Este é um posicionamento que valoriza a instituição, mas também a ação e que procura olhar a realidade a partir de diversos enfoques.

São variados os quadros teóricos que nos auxiliam no entendimento da complexidade do universo das fontes de informação. Eles podem situar-se no centro do campo jornalístico e ponderar o relacionamento que com elas mantêm os jornalistas. Podem estar a montante da fabricação dos conteúdos noticiosos e analisar o que condiciona essas escolhas, traçando vetores de ligação para as circunstâncias institucionais e materiais da ação. Ou podem situar-se a jusante e apreciar as consequências de determinadas opções na estruturação do campo jornalístico e no próprio espaço público por onde circulam esses conteúdos. No entanto, em qualquer um dos caminhos que se possam trilhar a este nível, há sempre que colocar uma definição clara e inequívoca das fontes como ponto de partida. É esse modelo, claro, extenso, concretizável, que falta construir no seio da disciplina de Sociologia das Fontes Jornalísticas que, no entanto, foi acolhendo ao longo dos anos várias tipificações que procuram ir fazendo uma classificação.

Modos de tipificar as fontes jornalísticas

Apenas nos anos 70 do século passado é que as fontes de informação começaram a constituir-se como objeto de estudo. No grupo dos trabalhos pioneiros que ajudam a tipificar fontes de informação, integram-se os estudos de Leon Sigal (1973), de Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974) e de Stuart Hall (1978). Comparando artigos jornalísticos sobre política publicados nos jornais *The New York Times* e *The Washington Post*, Leon Sigal distingue dois tipos de fontes: as fontes oficiais que representam o interesse público e as fontes não-oficiais que integram todos os outros que não cabem no primeiro grupo. Argumentando-se que aquilo que os media noticiam depende, em grande parte, do tipo de fontes consultadas e daquilo que elas transmitem, reconhece-se que as fontes oficiais são consideradas mais produtivas, e mais respeitáveis, do que as fontes não-oficiais, na medida em que todos aqueles que falam em nome do interesse público possuem um volume informativo maior e expõem versões que representam o posicionamento de um coletivo. As fontes não-oficiais têm mais propensão por multiplicar versões sobre o mesmo acontecimento. No entanto, isso nem sempre pode ser encarado de forma menos valorativa pelos jornalistas. Em muitas circunstâncias, permite-lhes ter acesso a vários ângulos do mesmo assunto. Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974) criaram o conceito de *promotores de notícias* (*news promoters*) para designar aqueles que promovem ou procuram neutralizar factos com valor noticioso, salvaguardando que os jornalistas/editores (*news assembler*) possuem sempre um espaço de autonomia que confere um certo grau de liberdade ao seu trabalho. Para serem bem sucedidos naquilo que desenvolvem, os *promotores de notícias* devem conhecer bem as rotinas das organizações noticiosas a fim de adaptarem o que querem dizer ao seu ritmo ou até mesmo para manipularem essas mesmas rotinas. Se bem que se expliquem algumas competências dos *promotores de notícias*, não se pormenoriza como é que esses interlocutores, distintos entre si, se categorizam.

Defendendo que os media tendem a perpetuar os poderes dominantes da sociedade, os trabalhos de Stuart Hall (1978) e dos seus colegas, filiados na Escola dos Estudos Culturais, falam em *definidores primários* (*primary definers*) para designar as fontes com ascendência sobre os jornalistas, o que significa que para estes investigadores o maior poder estará do lado das fontes que estabelecem o enquadramento interpretativo. Dentro deste grupo, há diferentes graus de poder, criando-se, deste modo, uma hierarquia de credibilidade em que os mais poderosos ou com um estatuto social mais elevado teriam um maior poder para impor as suas definições, resultando desta sua ação aquilo que se designa como *papel ideológico dos media*. Hall e a sua equipa distinguem vários tipos de *definidores primários* (embora essa distinção não seja muito clara):

- representantes do poder institucional (as chamadas fontes autorizadas);
- representantes das principais organizações sociais;
- especialistas.

Trata-se, pois, de uma classificação bastante incompleta donde se excluem muitos interlocutores que habitualmente se constituem como notícia, mas convém aqui recordar que o enfoque de Hall e do seu grupo estava centrado naqueles que se mostram capazes de reproduzir o poder dominante e é sob essa perspetiva que esta proposta deve ser lida.

A partir de Herbert Gans (1979), encontramos tipologias mais precisas que caracterizam as qualificações e a ação das fontes de informação. Gans distingue duas categorias de fontes: os conhecidos (são os

preferidos dos jornalistas) e os desconhecidos. Para além desta separação, Gans estabelece uma tipologia de fontes a partir das seguintes categorias que apresenta em contraponto: institucionais/oficiosas, estáveis/provisórias, passivas/ativas. Optando também por criar variáveis dicotómicas, Hector Borrat (1989) distingue fontes identificadas e fontes anónimas, fontes orais e fontes escritas, fontes primárias e fontes secundárias, fontes nacionais e fontes internacionais, fontes comunitárias e fontes extracomunitárias.

Há uma outra linha para a construção de uma taxonomia: a que procura diversificar variáveis por enumeração. É aqui que se integra, por exemplo, a proposta de Manuel Pinto (2000) que apresenta uma tipificação de fontes segundo a natureza (pessoais ou documentais); a origem (pública ou privada); a duração (esporádicas ou permanentes); o âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais); o grau de envolvimento nos factos (primárias ou secundárias); a atitude face ao jornalista (ativa ou passiva); a identificação (explícitas ou confidenciais); a estratégia de atuação (pró-ativas ou reativas). A classificação de Manuel Chaparro (2009) é idêntica, adoptando outras variáveis através das quais constrói sete tipos de fontes:

- organizadas: produzem conteúdos de grande noticiabilidade;
- informais: falam apenas por si;
- aliadas: são informadores que mantêm uma relação estreita com os jornalistas;
- aferição: são especializadas em certos temas;
- de referência: possuem conhecimentos em determinado campo;
- documentais: documentos identificados e credíveis;
- bibliográficas: livros, teses, artigos, etc.

Nos Estados Unidos, e tendo como referência o universo *online*, Sundar e Nass (2001) diferenciam, para além da fonte original (a pessoa ou a instituição que originariamente é autora de determinado conteúdo), três categorias de fontes:

- fontes visíveis: fontes observáveis que os recetores consideram transmissoras da mensagem;
- fontes tecnológicas: interfaces que os recetores encaram como originárias de informação (diz-se muitas vezes isto: "soube do que aconteceu pela TV", como se o ecrã de televisão fosse a principal fonte de informação);
- fontes recetoras: por exemplo, quando os participantes decidem nas redes sociais os tópicos que querem discutir e estes entram na atualidade noticiosa.

Proposta de um modelo taxonómico para a caracterização das fontes de informação jornalística

São múltiplas as taxonomias que procuram fazer uma classificação das fontes de informação, mas, de uma forma geral, acabam por esbarrar em limitações que inviabilizam a sua aplicação a uma análise de conteúdo dos textos jornalísticos. Porque ou adoptam variáveis dificilmente detetadas ao nível daquilo que é noticiado ou revelam-se, no seu conjunto, algo incompletas para, a partir delas, se obter um conhecimento aprofundado daqueles são citados nos media noticiosos. O modelo taxonómico que aqui propomos assenta em seis variáveis que procuram uma análise exaustiva daquilo que é dado a ver:

número de fontes, composição, identificação, geografia, sexo e estatuto. Estas seis variáveis integram categorias distintas entre si, mas suficientemente diversas para fazer um retrato completo das fontes de informação citadas nos textos jornalísticos.

Número de fontes

Qualquer análise que eleja as fontes de informação como objeto de estudo deve começar por perceber se o texto jornalístico tem, ou não, fontes. A ausência é, neste contexto, deveras expressiva, significando que o artigo noticioso não está sustentado em nenhuma informação veiculada por uma pessoa ou por um documento. Ora, como os jornalistas não podem constituir-se como fontes de si próprios, o texto em causa está amputado de uma parte essencial que lhe garanta a credibilidade necessária. Seguindo o Quadro 1, a ausência de fontes é dada pela frequência de textos classificados como zero.

Num quadro de existência de fontes, é pertinente apurar o número de fontes citadas. Esta classificação permite perceber se o jornalista respeita o princípio do contraditório e procura ouvir várias versões/explicações do assunto em causa ou se, pelo contrário, apresenta um relato minimalista daquilo que acontece, ou seja, se relata os factos de forma parcial.

Composição

Apurado o número de fontes, convém perceber a forma como estas se apresentam, ou seja, se falam em nome próprio ou se são integradas num grupo. Assim, a classificação divide-se em duas categorias:

- coletiva: a fonte citada apresenta-se na forma de um conjunto de pessoas ou documentos, como se fosse possível duas ou mais pessoas dizerem textualmente o mesmo. Exemplo: os juristas, os investigadores.
- individual: a pessoa ou o documento são apresentados de forma singular.

Identificação

Para ser fidedigna, uma fonte deve apresentar-se de forma o mais completa possível a fim de transmitir credibilidade à informação reproduzida. Ora, nem sempre o jornalista fornece dados completos sobre aquele/aquilo que sustenta os factos reportados. E isso subtrai necessariamente qualidade ao que é produzido. Neste contexto, a identificação de uma fonte pode declinar-se em três categorias:

- identificada: a identificação da fonte faz-se de forma diversa, mantendo-se o nome próprio e o apelido como elemento invariável, acompanhados do cargo que ocupa, da profissão que tem, do título que possui ou da ação que protagonizou... Exemplo: Baraka Obama, Presidente dos EUA.
- não identificada: oculta-se o nome da pessoa, mas indica-se um elemento que a liga a um determinado organismo ou lugar ou vice-versa. Exemplo: Fonte do Ministério da Saúde ou Manuel Antunes.
- anónima: não se apresenta qualquer indicação para a fonte autora de determinada citação. Exemplo: Fonte que pediu anonimato¹.

¹ Em vez da distinção entre fontes não-identificadas e fontes anónimas, poder-se-á usar os conceitos de *on background* (sem indicação do nome ou cargo que faz determinada citação, mas dando-se alguns elementos identificativos).

Geografia

O lugar a partir do qual uma fonte fala traduz uma preocupação em promover, através dos conteúdos noticiosos, um espaço público diversificado, ouvidor de múltiplas sensibilidades. Em contextos de grande centralização geográfica das redações que constroem produtos noticiosos de amplitude nacional, nem sempre é fácil promover essa diversidade de vozes nos conteúdos jornalísticos. Mas isso torna-se imprescindível em qualquer trabalho jornalístico que se quer equilibrado, equidistante de interesses diversos e rigoroso naquilo que reporta.

A *geografia* da fonte pretende retratar o sítio a partir do qual uma fonte fala. Imaginemos um professor da Universidade de Cambridge que é originário da Índia. Classificamo-lo como pertencente à Europa, na medida em que ele se constitui como fonte por pertencer à academia britânica.

Esta variável divide-se em duas macro-categorias – Nacional e Internacional – que, por sua vez, se decompõem em várias categorias. No Nacional, integram-se as regiões Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul e Ilhas, inserindo-se em cada uma delas os respetivos distritos, uma opção decalcada da Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS 2). O Internacional é composto pelos cinco continentes: Europa, África, América, Ásia e Oceânia. Em cada uma das macro-categorias, criamos categorias que designamos como 'nacional global' e 'internacional global', destinadas àquelas fontes que falam desligadas do lugar donde provêm. Por exemplo, poder-se-ia considerar que o Presidente da República português mora em Lisboa, podendo ser originário de outra região mas, quando fala com os jornalistas, posiciona-se numa geografia mais abrangente, a nacional.

Sexo

Em finais do século passado, Victoria Camps (1998) acreditava que o século XXI será das mulheres. Os dados demográficos testemunharão se existe essa vantagem numérica no tecido social. Nos media noticiosos essa avaliação faz-se, sobretudo, estudando o sexo das fontes de informação citadas nos artigos noticiosos. É essa variável que poderá avaliar o grau de equilíbrio de género no espaço público mediático. Para fazer isso, decompomo-la em três categorias: masculino, feminino, desconhecidos (esta usada para fontes anónimas, não identificadas e citadas no plural). A este nível, apenas se categorizam fontes com traço humano.

Estatuto

A escolha de uma fonte faz-se, acima de tudo, pelo estatuto que apresenta. É isso que a pode tornar rentável do ponto de vista mediático ou atirá-la para uma persistente espiral do silêncio. A este nível, o estatuto mais valorizado pelos jornalistas é aquele que reúne maior poder dentro de um determinado campo social. Assim, a prioridade será tanto maior quanto a fonte se revelar capaz de representar o maior número de pessoas/instituições e integre um grupo com assinalável notoriedade pública.

Através da variável *estatuto*, pretende-se, pois, conhecer em que condição determinada fonte fala, sendo necessário distinguir, à partida, fontes humanas e não-humanas.

Dentro das primeiras, temos as seguintes categoriais:

Exemplo: um ministro) e *on deep background* (sem o nome e sem o cargo daquele que é citado. Exemplo: fonte bem informada).

- **Oficiais:** fontes detentoras de cargos públicos (eleitas ou designadas) que, quando dialogam com os jornalistas, vinculam uma instituição/organismo/empresa de natureza pública. Integram-se aqui pessoas que se pronunciam em nome de órgãos do Estado ou instituições a eles ligadas, pronunciando-se em nome do interesse público. Estas fontes podem falar diretamente com os jornalistas ou através de assessores. Exemplos: Primeiro-Ministro, Procurador Geral da República.
- **Profissionais:** fontes que falam porque exercem determinada profissão que se constitui como o seu trabalho principal, sendo, por isso, remuneradas. Aqui as micro-categorias são agrupadas por conjuntos profissionais que atuam no mesmo campo. Separamos aqui as fontes com cargos que falam em nome de um grupo (exemplo: diretor de um centro de investigação) e aquelas sem cargos que falam em nome próprio (exemplo: pediatra de um hospital). As primeiras são sempre mais valorizadas pelos jornalistas, respeitando-se assim o princípio da representatividade.
- **Não-Profissionais:** fontes que exercem determinada atividade, em paralelo com a sua profissão: Exemplo: membro da Quercus.
- **Cidadãos:** fontes desvinculadas de qualquer cargo, categoria profissional ou grupo, falando em nome individual. Dividimos aqui os cidadãos em duas micro-categorias: desconhecidos e notáveis.
- **Outros:** fontes que não cabem nas categorias anteriores.

As fontes não-humanas compreendem as seguintes categorias:

- **Documentos:** integram-se aqui textos oficiais, textos especializados, comunicados/notas de imprensa e outros documentos.
- **Media:** distinguimos aqui os media generalistas dos media especializados.
- **Web 2.0:** esta categoria abrange, sobretudo, blogues, redes sociais e sites.
- **Outros:** todos os documentos que não cabem nas categorias anteriores.

Quadro 1 – Proposta para classificação de fontes de informação jornalística

Variáveis	Macro-categorias	Categorias	Micro-categorias	Micro-categorias
Numero de fontes		Zero		
		Um		
		Duas		
		Três		
		Quatro ou mais		

Composição		Individual		
		Coletiva		
Identificação		Identificadas		
		Não Identificadas		
		Anónimas		
Geografia	Nacional	Norte		
		Centro		
		Grande Lisboa		
		Sul		
		Ilhas		
		Nacional Global		
	Internacional	Europa		
		América		
		Ásia		
		África		
		Oceânia		

		Internacional Global			
Sexo		Masculino			
		Feminino			
		Desconhecido			
Estatuto	Humanas	Oficiais	Políticos com cargos institucionais		
			Presidentes/ Diretores de instituições públicas		
			Assessores de instituições pública		
			Outros		
		Profissionais	Com Cargo	Administradores de empresas/grupos Advogados/Juízes/Procurado res Agricultores/ Técnicos Artistas Assessores Desportistas/representantes de clubes Economistas/empresários/ge stores Engenheiros Profs do Ensino básico/secundário Jornalistas Médicos/enfermeiros/Farma cêuticos Militares Professores universit./investigadores Religiosos Outros	
			Sem cargos	Advogados/Juízes/Procurado res Agricultores/ Técnicos Artistas Assessores Desportistas/ representantes de clubes Economistas/empresários/ge stores Engenheiros Profs do Ensino básico/secundário	

				Médicos/enfermeiros/Farmacêuticos Militares Professores univesit./investigadores Religiosos Outros
		Não-profissionais	Com cargos	Militantes de partidos Sindicalistas/Membros de Associações Outros
			Sem cargos	Militantes de partidos Sindicalistas/Membros de Associações Outros
		Cidadãos	Desconhecidos	
			Notáveis	
	Outros			
	Não-Humanas	Documentos	Oficiais	
			Especializados	
			Comunicados/Nota de imprensa	
			Outros	
		Media	Generalistas	
			Especializados	
		Web 2.0	Blogues	
			Redes Sociais	
			Sites	
Outros				
Outros				

Notas finais

Não se trata de uma tarefa simples criar um modelo para a classificação de fontes de informação, na medida em que qualquer proposta esbarra sempre numa multiplicidade de limitações no momento em que se passa para a fase de aplicação. Recolhidos alguns ensinamentos de um trabalho efetuado durante duas décadas sempre a classificar fontes jornalísticas, pensamos que a proposta mais exequível deve ser pensada a partir daquilo que apreende quem recebe os textos noticiosos. Nesse lugar, é impossível saber quais foram as intenções ou o comportamento das fontes no contacto que mantiveram os jornalistas ou quais as motivações que levaram os jornalistas a escolher determinado interlocutor/documento para sustentar a informação que transmite. Mas é nesse lugar que o investigador consegue aproximar-se daqueles para quem os jornalistas dirigem o seu trabalho, havendo o cuidado de nunca transportar

consigno conhecimentos prévios acerca de fontes. Analisa-se apenas o que é dito pelo jornalista. E nunca aquilo que não está lá, mas que o investigador sabe acerca daquele/daquilo que é citado. O leitor/ouvinte/telespectador/utilizador apenas conhece o que o jornalista apresenta e é exclusivamente aí que os estudos científicos devem centrar-se para criar variáveis e respetivas categorias de análise, conscientes de que a sua concretização levantará sempre algumas dúvidas.

Ainda que este modelo tenha já sido experimentado durante três anos em dois projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ("A doença em notícia"² e "Jornalismo televisivo e cidadania: os desafios da esfera pública digital"³), estamos conscientes das limitações que certas variáveis apresentam. Se é simples contabilizar o número de fontes citadas em cada artigo, reconhecer o sexo daquele que fala ou analisar a composição ou o tipo de identificação da fonte, menos simples será perceber qual a geografia a partir da qual determinada fonte se torna relevante e, mais difícil ainda, perceber em que estatuto se torna notícia, quando o texto é muitas vezes ambíguo ou multiplicador de identidades...⁴

Referências bibliográficas

- Borrat, H. (1989). "Aportes de la periodística a la política comparada". *Periodística*, nº 1.
- Chaparro, M. (2009). *Iniciação a uma teoria das fontes*. (<http://www.oxisdaquestao.com.br/colunas-integra.asp?col=6&post=377>)
- Ericson, R. V.; Baranek, P.M.; Chan, J. B. L. (1989). *Negotiating control - a study of news sources*. Toronto: University of Toronto Press.
- Gans, H. (1979). *Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Northwestern University Press.
- Hall, S.; Critcher, C.; Jefferson, T.; Clarke, J.; Roberts, B. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, London: Methuen.
- Manning, P. (2001). *News and News Sources. A Critical Introduction*. Sage publications.
- Molotch, H.; Lester, M. (1993). "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos". In Traquina, N.- *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. Vega.
- Pinto, M. (2000). "Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo". *Cadernos do Noroeste*. Série Comunicação nº 14 (1-2).
- Schlesinger, P. (1990). "Rethinking the sociology of journalism: source strategies and the limits of media centrism". In Ferguson, M. (ed). *Public Communication – the new imperatives*. Sage.

² PTDC/CCI-COM/103886/2008.

³ FCT PTDC/CCI-JOR/099994/2008.

³ Equipa de investigadores

⁴ A análise quantitativa das notícias pode ser desenvolvida com recurso ao *software* de análise estatística de dados *SPSS (Statistics Package for Social Sciences)*.

Sigal, L. (1973). *Reporters and Officials – the Organisation and Politics of Newsmaking*. D. C. Heath and Company: Lexington.

Sundar, S.; Nass, C. (2001). "Conceptualizing sources in online news". *Journal of Communication*, 51 (1).